

APREN está a preparar guia de licenciamento de projetos de energias renováveis

Iniciativa tem a colaboração da APA e da DGEG e pretende simplificar e clarificar o processo de licenciamento de projetos renováveis. O arranque do projeto foi celebrado com um debate entre as três entidades.

A [APREN - Associação Portuguesa de Energias Renováveis](#) está a preparar um **guia de licenciamento de projetos de energias renováveis** em colaboração com as duas entidades públicas que gerem e são responsáveis por estes processos - a Agência Portuguesa do Ambiente (**APA**) e a Direção Geral de Energia e Geologia (**DGEG**).

O documento, que está a ser desenvolvido com o apoio da consultora BioInsight, pretende tornar claras todas as etapas do processo de licenciamento de projetos renováveis, de forma a tornar os procedimentos mais simples e expeditos.

A elaboração do guia ganhou especial relevância após o anúncio da estratégia da Comissão Europeia REPowerEU, que coloca as renováveis no centro de um plano de segurança energético europeu, impulsionado pela necessidade de assegurar a independência energética e segurança de abastecimento. A meta de consumo final de energia a partir de fontes renováveis passará dos atuais 40% para os 45%.

A nova estratégia prevê que os projetos renováveis sejam considerados de interesse público, que sejam estabelecidas zonas preferenciais para a sua instalação e que sejam aprovados por deferimento tácito.

Debate presencial assinalou iniciativa

Para assinalar a iniciativa de elaboração do guia a APREN organizou um debate, no dia 2 de junho, no Hotel Júpter, em Lisboa. **Pedro Amaral Jorge** (Presidente da Direção da **APREN**), **Maria José Espírito Santo** (Subdiretora da **DGEG**) e **Nuno Lacasta** (Presidente da **APA**) debateram a importância do guia com a moderação de **Susana Serôdio** (Coordenadora de Políticas e Inteligência de Mercado da **APREN**).

Pedro Amaral Jorge sublinhou a importância de dimensionar de forma adequada as entidades responsáveis pelo licenciamento para que seja possível cumprir as metas.

“As renováveis neste momento não servem só para dar resposta às questões de sustentabilidade ambiental. Falamos de segurança de abastecimento, independência energética e competitividade económica do país”, venceu.

Pedro Amaral Jorge defende um aumento de capilaridade dos pontos de ligação à rede elétrica de forma a acolher a expansão que é necessária. O Presidente da Direção da APREN já pediu uma audiência com o Ministro das Finanças para demonstrar as

vantagens da aceleração das renováveis no desenvolvimento da economia, receita fiscal, crescimento do PIB e aumento do emprego.

“Não faz sentido aplicar regras de controlo orçamental cegas numa área que permitirá: potenciar o desenvolvimento socioeconómico do país com crescimento da contribuição para o PIB, aumentar a receita fiscal, gerar mais de 200.000 empregos”, sublinhou.

Já **Nuno Lacasta** congratulou-se pelo desenvolvimento do guia, que será muito útil e que deverá por isso ser concluído rapidamente.

“Seria ótimo que o guia fosse o resultado de um consenso entre os diferentes *stakeholders* e que pudéssemos segui-lo tal como seguimos as certificações do tipo ISO”, sugeriu.

Para **Maria José Espírito Santo**, além do guia, que será uma ferramenta indispensável, será necessário apostar na sensibilização e informação junto dos municípios, para que Portugal consiga alcançar as metas a que está vinculado.

“Alguns municípios estão a funcionar como um entrave a muitos processos, não só por falta de resposta atempada, mas também, muitas vezes, por falta de conhecimento. É preciso perceber que este é um desafio nacional e não o objetivo de determinada empresa. Temos que trabalhar todos em conjunto para cumprir esse desígnio”, alertou.

Conteúdo do guia já está a ser desenvolvido

O projeto de elaboração do guia de licenciamento teve início em março com a constituição de uma comissão técnica de acompanhamento que integra elementos da APREN, APA e DGEG. O guia será dedicado, numa primeira fase, a projetos renováveis *onshore* de energia eólica, solar e hídrica, mas a ambição é que possa ser alargado a outras tipologias, como explicou a Coordenadora de Políticas e Inteligência de Mercado da APREN, Susana Serôdio.

A estrutura do guia está definida e já está a ser desenvolvido conteúdo. Serão realizadas, entretanto, sessões colaborativas, nomeadamente com associados da APREN e outras entidades, para recolha de contributos.

Num momento anterior a APREN, em colaboração com as entidades oficiais, já tinha efetuado um mapeamento dos pontos críticos do licenciamento que foi remetido à tutela. A associação comprometeu-se a dar o seu contributo nesta área desenvolvendo um guia do licenciamento, projeto que está agora a ser desenvolvido e que deverá estar concluído no final do ano.

Lisboa, 07 de junho de 2022.



Para mais informações contacte:

Diogo Carvalheda | diogo.carvalheda@apren.pt | +351 918 775 963

Sobre a APREN

A [Associação Portuguesa de Energias Renováveis \(APREN\)](#) é uma associação sem fins lucrativos, constituída em outubro de 1988, com a missão de coordenação e representação dos interesses comuns dos seus Associados na promoção das Energias Renováveis no setor da eletricidade.

A APREN desenvolve trabalho em conjunto com organismos oficiais e outras entidades congéneres, a nível nacional e internacional, constituindo um instrumento de participação nas políticas energética e ambiental através do aproveitamento e valorização dos recursos naturais para produções de eletricidade, nomeadamente nos domínios hídricos, eólico, solar, geotérmico, da biomassa, do biogás e dos resíduos sólidos urbanos.